

Mills Estruturas
e Serviços
de Engenharia S.A.

**Informações trimestrais em
30 de setembro de 2016**

Conteúdo

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Demonstrações do valor adicionado	12
Notas explicativas às informações trimestrais	13



KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º andar
20031-000 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 3515-9400, Fax +55 (21) 3515-9000
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros e Diretores da
Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34, emitidos pelo IASB, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras de períodos anteriores examinadas e informações contábeis intermediárias revisadas por outro auditor independente

O exame do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e a revisão das informações contábeis intermediárias relativas às demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2015, e das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado referentes ao período de nove meses findo naquela data, preparados originalmente antes dos ajustes descritos na Nota Explicativa nº 2.3, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria e relatório de revisão sem modificações, com datas de 9 de março de 2016 e 4 de novembro de 2015, respectivamente. Como parte da nossa revisão das informações trimestrais de 30 de setembro de 2016, revisamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa nº 2.3, referentes à reapresentação dos valores correspondentes relacionados às transações de compra e venda de ativos para locação na demonstração dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, e não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que tais ajustes não foram elaborados, em todos os seus aspectos relevantes, de forma apropriada.

Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações contábeis trimestrais da Companhia referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2015 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre elas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 3 de novembro de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Luis Claudio França de Araújo
Contador CRC RJ-091559/O-4

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2016 e 31 dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/09/2016	31/12/2015
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	322.564	232.011
Contas a receber	4	72.759	99.719
Estoques	5	16.067	18.398
Estoques - outros ativos mantidos para venda	6	-	20.687
IRPJ e CSLL a compensar	7	16.519	16.387
Tributos a recuperar	7	19.565	23.048
Adiantamento a fornecedores		93	197
Instrumentos financeiros derivativos		10	-
Outras contas a receber - venda da investida	8	21.839	19.778
Outros ativos		8.356	5.316
		<u>477.772</u>	<u>435.541</u>
Não circulante			
IRPJ e CSLL a compensar	7	161	161
Tributos a recuperar	7	1.068	12.186
IRPJ e CSLL diferidos	17	76.896	47.230
Depósitos judiciais	18	10.709	11.023
Outras contas a receber - venda da investida	8	-	19.778
		<u>88.834</u>	<u>90.378</u>
Investimentos	9	61.200	61.200
Imobilizado	10	871.024	1.004.067
Intangível	11	43.535	46.771
		<u>975.759</u>	<u>1.112.038</u>
Total do ativo		<u><u>1.542.365</u></u>	<u><u>1.637.957</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2016 e 31 dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/09/2016	31/12/2015
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	12	8.975	6.844
Salários e encargos sociais		21.472	18.196
Empréstimos e financiamentos	13	3.175	3.185
Debêntures	14	159.527	186.634
Programa de recuperação fiscal (REFIS)		1.247	1.174
Tributos a pagar	19	1.278	2.687
Participação nos resultados a pagar	16.a	1.195	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	20	3	-
Outros passivos		729	184
		<u>197.601</u>	<u>218.904</u>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	9.577	11.931
Debêntures	14	280.569	419.085
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18	19.151	16.612
Programa de recuperação fiscal (REFIS)		8.836	9.194
Outros passivos		231	-
		<u>318.364</u>	<u>456.822</u>
Total do passivo		<u>515.965</u>	<u>675.726</u>
Patrimônio líquido			
Capital social subscrito	20	688.319	563.319
Reservas de capital	20	9.778	9.664
Reservas de lucros	20	389.248	389.248
Prejuízos acumulados	20	(60.945)	-
Total do patrimônio líquido		<u>1.026.400</u>	<u>962.231</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.542.365</u>	<u>1.637.957</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Demonstrações de resultados

Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/09/2016		30/09/2015	
		Trimestre	Acumulado	Trimestre	Acumulado
Receita líquida de vendas e serviços	22	86.141	321.575	136.457	448.215
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	23	(71.266)	(239.471)	(86.998)	(260.148)
Lucro bruto		14.875	82.104	49.459	188.067
Despesas gerais e administrativas	23	(43.028)	(147.828)	(56.961)	(182.580)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		(28.153)	(65.724)	(7.502)	5.487
Receitas financeiras	24	14.045	41.139	8.878	23.452
Despesas financeiras	24	(18.917)	(65.863)	(24.102)	(73.106)
Prejuízo antes dos impostos		(33.025)	(90.448)	(22.726)	(44.167)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	17	10.826	29.503	5.520	4.296
Prejuízo do período		(22.199)	(60.945)	(17.206)	(39.871)
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	21(a)	(0,14)	(0,39)	(0,14)	(0,31)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/09/2016		30/09/2015	
		Trimestre	Acumulado	Trimestre	Acumulado
Prejuízo do período		(22.199)	(60.945)	(17.206)	(39.871)
Itens que podem ser subsquentemente reclassificados para o resultado					
Hedge de fluxos de caixa, líquido de impostos	26	-	-	(6)	(16)
Total do resultado abrangente do período		<u>(22.199)</u>	<u>(60.945)</u>	<u>(17.212)</u>	<u>(39.887)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Reserva de capital				Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízo acumulados	Total
	Capital social subscrito	Aquisição de ações em tesouraria	Prêmio de opções de ações	Custo com emissão de ações	Legal	Expansão	Retenção de lucros			
Em 1º de janeiro de 2015	563.319	(11.542)	35.396	(15.069)	32.611	63.649	390.789	244	-	1.059.397
Aquisição de ações em tesouraria	-	(8.745)	-	-	-	-	-	-	-	(8.745)
Prêmio de opções de ações	-	-	5.971	-	-	-	-	-	-	5.971
Resultado abrangente do exercício - <i>hedge</i> de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	-	(16)	-	(16)
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	-	-	-	(39.871)	(39.871)
Em 30 de setembro de 2015	563.319	(20.287)	41.367	(15.069)	32.611	63.649	390.789	228	(39.871)	1.016.736
Em 31 de dezembro de 2015	563.319	(20.287)	45.020	(15.069)	32.611	63.649	292.988	-	-	962.231
Em 1º de janeiro de 2016	563.319	(20.287)	45.020	(15.069)	32.611	63.649	292.988	-	-	962.231
Integralização de capital - emissão de ações	125.000	-	-	-	-	-	-	-	-	125.000
Prêmio de opções de ações	-	-	3.493	-	-	-	-	-	-	3.493
Custo com emissão de ações	-	-	-	(3.379)	-	-	-	-	-	(3.379)
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	-	-	-	(60.945)	(60.945)
Em 30 de setembro de 2016	688.319	(20.287)	48.513	(18.448)	32.611	63.649	292.988	-	(60.945)	1.026.400

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	30/09/2016	30/09/2015 (Reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo das operações continuadas antes do imposto de renda e da contribuição social	(90.448)	(44.167)
Ajustes:		
Depreciação e amortização	119.603	128.632
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	828	(110)
Provisão para despesa com opções de ações	3.493	5.971
Participação nos resultados a pagar	1.195	-
Valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis vendidos e baixados	39.607	22.211
Juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas	58.834	63.091
Provisão para devedores duvidosos	18.158	30.826
Provisão para estoques de giro lento e de redução ao valor realizável	673	2.721
Outros	542	450
Variações nos ativos e passivos:		
Contas a receber	8.800	9.343
Aquisições de bens do ativo imobilizado de locação	(1.294)	(7.404)
Estoques	1.658	(1.406)
Tributos a recuperar	14.469	14.305
Depósitos judiciais	779	(1.543)
Outros ativos	(2.936)	4.801
Fornecedores	1.589	(5.883)
Salários e encargos sociais	3.278	3.778
Tributos a pagar	(1.694)	(1.598)
Outros passivos	784	(345)
Processos judiciais liquidados	(1.997)	(766)
Juros pagos	(53.457)	(58.138)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(6.257)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>122.464</u>	<u>158.512</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:		
Aquisições de bens do ativo imobilizado bens de uso próprio e intangível	<u>(1.888)</u>	<u>(14.921)</u>
Valor recebido na venda da unidade de negócio - Serviços Industriais SI	<u>21.181</u>	<u>18.575</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	<u>19.293</u>	<u>3.654</u>

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	30/09/2016	30/09/2015 (Reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Aporte de capital	125.000	-
Custo com emissão de ações	(3.379)	-
Aquisição de ações em tesouraria	-	(8.745)
Dividendos e JCP pagos	-	(21.810)
Amortização de empréstimos	(172.825)	(132.757)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>(51.204)</u>	<u>(163.312)</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	<u>90.553</u>	<u>(1.146)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período (Nota 3)	<u>232.011</u>	<u>193.659</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período (Nota 3)	<u><u>322.564</u></u>	<u><u>192.513</u></u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	<u>90.553</u>	<u>(1.146)</u>

Até 30 de setembro de 2016, a Companhia efetuou baixas de títulos vencidos até cinco anos, no valor total de R\$ 10.185, que não estão refletidos na demonstração dos fluxos de caixa.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Demonstrações dos valores adicionados

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	30/09/2016	30/09/2015
Receitas:		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	406.822	570.236
Cancelamentos e descontos	(56.441)	(78.045)
Outras receitas	(460)	2.925
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(18.158)	(30.826)
	<u>331.763</u>	<u>464.290</u>
Insumos adquiridos de terceiros:		
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(4.620)	(15.133)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(90.497)	(99.358)
Baixa de ativos	(36.303)	(22.179)
	<u>(131.420)</u>	<u>(136.670)</u>
Valor adicionado bruto	200.343	327.620
Depreciação, amortização e exaustão	(119.603)	(128.632)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>80.740</u>	<u>198.988</u>
Valor adicionado recebido em transferência:		
Receitas financeiras	41.139	23.452
Valor adicionado total a distribuir	<u>121.879</u>	<u>222.440</u>
Distribuição do valor adicionado:		
Pessoal e encargos	84.806	109.245
Remuneração direta	65.449	84.129
Benefícios	14.922	19.389
FGTS	4.435	5.727
Impostos, taxas e contribuições	18.038	61.150
Federais	15.863	58.035
Estaduais	753	2.018
Municipais	1.422	1.097
Remuneração sobre o capital de terceiros	79.980	91.916
Juros e variações cambiais	64.143	73.106
Aluguéis	15.837	18.810
Remuneração de capitais próprios	(60.945)	(39.871)
Lucros (Prejuízos) retidos	(60.945)	(39.871)
Valor adicionado distribuído	<u>121.879</u>	<u>222.440</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Notas explicativas da Administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. ("Mills" ou "Companhia"), uma sociedade anônima de capital aberto, está sediada na Cidade do Rio de Janeiro - Brasil. A Companhia atua basicamente nos mercados de infraestrutura e imobiliário, desempenhando as seguintes atividades principais:

- (a) Locação e vendas, inclusive importação e exportação, de estruturas tubulares, escoramentos e equipamentos de acesso em aço e alumínio para construção civil, bem como formas de concretagem reutilizáveis, com fornecimento dos projetos de engenharia relacionados, supervisão e opção de montagem.
- (b) Comércio, locação e distribuição de plataformas aéreas de trabalho e manipuladores telescópicos, bem como suas peças e componentes, e assistência técnica e manutenção destes equipamentos.
- (c) Participação como acionista ou cotista em outras Companhias ou sociedades.

O estatuto da Companhia também prevê:

- (a) Locação, montagem e desmontagem de andaimes de acesso em áreas industriais.
- (b) Prestação de serviços de pintura industrial, jateamento, isolamento térmico, caldeiraria e refratários, bem como os demais serviços inerentes a tais atividades.

As operações da Companhia estão segmentadas de acordo com o novo modelo de organização e gestão, já refletido nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, aprovado pela Administração, contendo as seguintes unidades de negócio: Construção e Rental. As descritivas de cada divisão estão mencionadas na Nota Explicativa n° 25.

As informações contábeis contidas nessas informações trimestrais foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 3 de novembro de 2016.

2 Resumo das principais políticas contábeis

2.1 Base de apresentação

As informações trimestrais da Companhia compreendem as demonstrações financeiras intermediárias e foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1), que trata das demonstrações financeiras intermediárias, e de acordo com o IAS 34 Interim Financial Reporting, emitido pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Estas informações trimestrais intermediárias não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas demonstrações financeiras anuais e, portanto, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da Mills, de 31 de dezembro de 2015, que foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Demonstrações Financeiras (IFRS) emitidas pelo IASB.

Em atendimento ao Ofício Circular CVM nº 003/2011, de 28 de abril de 2011, a seguir, apresentamos as notas explicativas incluídas nas demonstrações financeiras anuais mais recentes (exercício findo em 31 de dezembro de 2015), as quais, tendo em vista a ausência de alterações relevantes neste período, não estão sendo incluídas de forma completa nestas informações trimestrais.

As notas explicativas não incluídas no período findo em 30 de setembro de 2016 são as de “Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas”, “Gestão de risco financeiro”, “Gestão de capital”, “Outros ativos”, “Dividendos propostos e juros sobre capital próprio”, “Outras despesas operacionais”, “Transação não envolvendo caixa” e a de “Programa de recuperação fiscal (REFIS)”, representadas, na divulgação das demonstrações financeiras do exercício de 2015, pelas notas 3, 4, 5, 12, 23, 26, 30 e 35, respectivamente.

2.2 Base de elaboração

As mesmas práticas contábeis, métodos de cálculo, julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas foram seguidos nestas informações trimestrais tais como foram aplicadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, divulgadas nas Notas explicativas nºs 2 e 3. Tais demonstrações foram publicadas na CVM no dia 9 de março de 2016 e no dia 21 de março de 2016 nos jornais Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

2.2.1 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar essas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos da IFRS 9 para verificar eventuais impactos significativos nas suas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige que uma entidade reconheça o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (U.S. GAAP) quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulguem as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.3 **Reapresentação dos valores correspondentes à demonstração do fluxo de caixa para o período findo em 30 de setembro de 2015**

A Companhia reavaliou a sua apresentação das transações de compra e venda de itens de locação do seu ativo imobilizado na demonstração de fluxos de caixa e concluiu que tais transações deveriam ser refletidas como parte dos fluxos de caixa da atividade operacional, de acordo com o item 14 do CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7), em vez da atividade de investimento como anteriormente apresentadas.

Dessa forma, os valores comparativos da demonstração dos fluxos de caixa referentes ao período findo em 30 de setembro de 2015, originalmente apresentados nas informações contábeis trimestrais aprovadas em 4 de novembro de 2015, estão sendo reapresentados de acordo com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (IAS 8) e CPC 21 - Demonstração Intermediária (IAS 34), conforme abaixo:

	Saldo original	Reclassificações	Saldo reapresentado
			<u>30/09/2015</u>
Contas a receber	-	51.536	51.536
Aquisições de bens do ativo imobilizado de locação	-	(7.404)	(7.404)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>114.380</u>	<u>44.132</u>	<u>158.512</u>
Valor recebido na venda de ativo imobilizado e intangível	51.536	(51.536)	-
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(22.325)	22.325	-
Aquisições de bens do ativo imobilizado, bens de uso próprio e intangível	-	(14.921)	(14.921)
Caixa líquido gerado nas (consumido pelas) atividades de investimento	<u>47.786</u>	<u>(44.132)</u>	<u>3.654</u>

3 Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2016	31/12/2015
Caixa e bancos	1.266	144
Aplicações financeiras	321.298	231.867
	322.564	232.011

Os saldos registrados como caixa e equivalentes de caixa referem-se substancialmente aos depósitos e às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 30 de setembro de 2016, as aplicações financeiras referem-se a operações compromissadas e remuneradas a taxa média de 101,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (100,8%, em 31 de dezembro de 2015).

4 Contas a receber

	30/09/2016			31/12/2015		
	Contas a receber bruto	PDD	Contas a receber líquido	Contas a receber bruto	PDD	Contas a receber líquido
Construção	121.892	(77.983)	43.909	132.357	(75.932)	56.425
Rental	83.552	(54.702)	28.850	91.967	(48.673)	43.294
Serviços industriais (*)	3.444	(3.444)	-	3.551	(3.551)	-
Totais	208.888	(136.129)	72.759	227.875	(128.156)	99.719
Circulante	208.888	(136.129)	72.759	227.875	(128.156)	99.719

(*) Valor remanescente a receber de clientes das operações da Unidade de Negócios de Serviços Industriais, que foi descontinuada em 30 de novembro de 2013.

A Provisão para Devedores Duvidosos (PDD) do contas a receber é calculada com base no montante considerado suficiente para cobertura de potenciais perdas na realização dos créditos a receber, considerando uma análise individual dos principais clientes.

As movimentações na provisão para devedores duvidosos de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	30/09/2016	31/12/2015
Saldo no início do exercício	128.156	91.422
Constituição de provisão para devedores duvidosos	38.997	77.450
Reversão de provisão para devedores duvidosos	(20.839)	(39.220)
Baixas	(10.185)	(1.496)
Saldo final do exercício	136.129	128.156

Para determinar a recuperação do contas a receber de cliente, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o final do período de relatório. A concentração é limitada porque a base de clientes é pulverizada e não há relação entre os clientes, não existindo, portanto, nenhum cliente ou grupo econômico que represente 10% ou mais do contas a receber.

A análise de vencimentos do contas a receber está demonstrada a seguir:

	30/09/2016	31/12/2015
A vencer	45.474	61.741
A vencer (títulos com vencimentos originais prorrogados)	6.430	10.778
Vencidos de 1 a 60 dias (*)	21.448	28.549
Vencidos de 61 a 120 dias (*)	10.832	12.913
Vencidos de 121 a 180 dias (*)	8.526	10.880
Vencidos acima de 180 dias (*)	<u>116.178</u>	<u>103.014</u>
Total	<u>208.888</u>	<u>227.875</u>

(*) A análise acima foi efetuada considerando as datas de vencimento prorrogadas dos títulos.

5 Estoques

	30/09/2016	31/12/2015
Matérias primas	243	244
Mercadorias para revenda	5.293	5.401
Peças de reposição e suprimentos	12.371	13.921
Provisão para estoque de giro lento (*)	<u>(1.840)</u>	<u>(1.168)</u>
Total	<u>16.067</u>	<u>18.398</u>

(*) Itens do estoque sem movimentação há mais de um ano.

Os estoques de matérias-primas estão vinculados a processos de industrialização por encomenda para atendimento de demandas da Companhia e de seus clientes. O estoque de peças de reposição destina-se, principalmente, aos equipamentos motorizados de acesso. Todos os estoques são avaliados pelo custo médio.

6 Estoques - Outros ativos mantidos para venda

Em 6 de agosto de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a alienação de plataformas aéreas e manipuladores telescópicos da unidade de negócios Rental até 31 de dezembro de 2017, cujo valor total represente até 10% (dez por cento) do valor residual contábil do ativo da referida unidade, conforme verificado no balanço da Companhia levantado em 30 de junho de 2015.

Em 7 de agosto de 2015, foram disponibilizados para venda e segregados dos equipamentos de locação 307 equipamentos oriundos do ativo imobilizado e transferidos para estoques - outros ativos mantidos para venda. A partir dessa transferência, a depreciação foi interrompida. Até o final do período findo em 30 de setembro de 2016, foram vendidos 209 equipamentos, e o resultado da operação de venda é reconhecido somente na entrega do bem.

Em 30 de setembro de 2016, em função do cancelamento do cronograma de compras por parte do cliente, a Companhia decidiu efetuar a transferência do saldo de 98 equipamentos registrados em estoques - outros ativos mantidos para venda, para o ativo imobilizado no montante de R\$ 9.889. Conseqüentemente, foi estornada a provisão para redução ao valor realizável líquido sobre o estoque das máquinas a entregar do projeto de exportação, em função da desvalorização do Euro, no montante de R\$ 1.445, anteriormente constituída, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 16, o qual determina que os estoques sejam mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois, o que for menor .

7 Tributos a recuperar

	30/09/2016	31/12/2015
PIS e COFINS a compensar (*)	19.406	34.181
IRPJ e CSLL a compensar (**)	16.680	16.548
ICMS a compensar (***)	853	663
Outros	374	390
	37.313	51.782
 Circulante	 36.084	 39.435
Não circulante	1.229	12.347

(*) Os créditos de Programa de Integração Social (PIS) e de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) referem-se, basicamente, aos montantes recuperáveis sobre aquisições de ativo imobilizado compensados a razão de 1/48 avos ao mês com as obrigações tributárias federais de PIS e COFINS não cumulativos, e a expectativa é que sejam realizados até 2018.

(**) Refere-se aos saldos de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) apurados em 30 de setembro de 2016 que serão atualizados mensalmente com base na SELIC e compensados com tributos da mesma natureza durante o exercício de 2016.

(***) Corresponde ao Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidentes sobre as operações da Companhia, em decorrência da aquisição de peças e equipamentos para venda.

8 Outras contas a receber - Venda da investida

	30/09/2016	31/12/2015
2016	-	19.778
2017	21.839	19.778
Total	21.839	39.556
 Circulante	 21.839	 19.778
Não circulante	-	19.778
	21.839	39.556

Em 30 de novembro de 2013, a Companhia fechou a operação de venda de sua unidade de negócios Serviços Industriais ao Fundo de Investimento em Participação (FIP) Leblon Equities Partners V, gerido pela Leblon Equities Gestão de Recursos Ltda.

O contrato estipula que o valor de aquisição seja pago em seis parcelas, todas atualizadas pela variação do CDI, entre de 31 de maio de 2013 e a data de pagamento, sendo todas as parcelas anteriores pagas nas datas de vencimento originais. A última parcela tem data de vencimento para 10 de julho de 2017.

9 Investimentos

a. Investimento em sociedade não controlada

Em 8 de fevereiro de 2011, a Companhia adquiriu 25% do capital social da Rohr S.A. Estruturas Tubulares (“Rohr”) por R\$ 90.000. A Rohr é uma empresa privada especializada em engenharia de acesso e no fornecimento de soluções para construção civil, que atua, principalmente, nos setores de construção pesada e manutenção industrial.

No quarto trimestre de 2011, houve aumento da participação na Rohr de 25% para 27,47%, resultante da recompra pela Rohr de 9% de suas ações, que atualmente encontram-se em sua tesouraria e que serão canceladas ou distribuídas proporcionalmente aos seus acionistas.

A Companhia avaliou que, em 30 de setembro de 2016, não possui influência significativa em conformidade com o CPC 18 (R2) e sem alteração em relação à avaliação de 31 de dezembro de 2015.

b. Perda por redução ao valor recuperável

Durante o exercício de 2015, a Companhia fez a revisão do valor recuperável do investimento na Rohr por meio de estudo interno. O valor recuperável desse ativo foi determinado com base em projeções econômicas para determinação do valor recuperável desse ativo, pela abordagem de renda, por intermédio de projeção de fluxo de caixa descontado, num prazo de dez anos para fins de fundamentação do valor registrado contabilmente, haja vista o longo período de maturação dos investimentos em infraestrutura e construção civil. Em função desse estudo, a Administração estima que o valor recuperável do investimento na Rohr é de R\$ 61.200, fazendo com que seja reconhecida provisão para perda por redução ao valor recuperável desse ativo no montante de R\$ 26.192, registrada na rubrica de outras despesas operacionais da demonstração de resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

10 Imobilizado

	Equipamento de locação e uso operacional	Equipamento de locação a imobilizar	Total equipamento de locação e uso operacional	Benefícios em propriedade de terceiros	Edifícios e terrenos	Computadores e periféricos	Veículos	Instalação	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Total de bens de uso próprio	Total do imobilizado
Custo do imobilizado bruto												
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.623.268	4.190	1.627.458	27.140	24.274	16.003	3.394	7.058	10.427	1.042	89.338	1.716.796
Aquisição	14.114	-	14.114	4.675	10	494	324	1.126	549	-	7.178	21.292
Baixa/alienação	(84.798)	(6)	(84.804)	(649)	(73)	(11)	(2.256)	(346)	(10)	-	(3.345)	(88.149)
Ajuste para crédito PIS e COFINS	(977)	-	(977)	-	-	-	-	-	-	-	-	(977)
Transf p/ estoque	(54.882)	-	(54.882)	-	-	-	-	-	-	-	-	(54.882)
Transferências	2.777	(2.753)	24	131	-	25	(25)	873	-	(1.042)	(38)	(14)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.499.502	1.431	1.500.933	31.297	24.211	16.511	1.437	8.711	10.966	-	93.133	1.594.066
Aquisição	1.597	-	1.597	37	-	13	180	371	63	-	664	2.261
Baixa/alienação	(83.631)	-	(83.631)	(2.476)	-	(1.333)	(88)	-	(41)	-	(3.938)	(87.569)
Ajuste para crédito PIS e COFINS	(112)	-	(112)	-	-	-	-	-	-	-	-	(112)
Transf do estoque	25.609	-	25.609	-	-	-	-	-	-	-	-	25.609
Transferências	208	(183)	25	73	(73)	-	-	(25)	-	-	(25)	-
Saldos em 30 de setembro de 2016	1.443.173	1.248	1.444.421	28.931	24.138	15.191	1.529	9.057	10.988	-	89.834	1.534.255
Depreciação acumulada												
Saldos em 31 de dezembro de 2014	(489.835)	-	(489.835)	(7.545)	(2.196)	(8.937)	(2.406)	(1.590)	(4.139)	-	(26.813)	(516.648)
Depreciação	(154.980)	-	(154.980)	(4.764)	(669)	(2.367)	(338)	(685)	(838)	-	(9.661)	(164.641)
Baixa/alienação	55.073	-	55.073	265	39	4	1.932	329	8	-	2.577	57.650
Ajuste para crédito PIS e COFINS	-	-	-	(485)	-	-	-	(70)	-	-	(555)	(555)
Transf p/ estoque	34.195	-	34.195	-	-	-	-	-	-	-	-	34.195
Transferências	-	-	-	1	-	-	-	(1)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(555.547)	-	(555.547)	(12.528)	(2.826)	(11.300)	(812)	(2.017)	(4.969)	-	(34.452)	(589.999)
Depreciação	(109.158)	-	(109.158)	(3.181)	(501)	(1.549)	(213)	(575)	(644)	-	(6.663)	(115.821)
Baixa/alienação	56.065	-	56.065	1.270	-	1.333	12	-	12	-	2.627	58.692
Ajuste para crédito PIS e COFINS	-	-	-	(324)	-	-	-	(59)	-	-	(383)	(383)
Transf. do estoque	(15.720)	-	(15.720)	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.720)
Transferências	-	(8)	(8)	-	-	-	-	8	-	-	8	-
Saldos em 30 de setembro de 2016	(624.360)	(8)	(624.368)	(14.763)	(3.327)	(11.516)	(1.013)	(2.643)	(5.601)	-	(38.863)	(663.231)
Taxas anuais de depreciação - %	10	-	-	10	4	20	20	10	10	-	-	-
Resumo imobilizado líquido												
Saldo em 31 de dezembro de 2015	943.955	1.431	945.386	18.769	21.385	5.211	625	6.694	5.997	-	58.681	1.004.067
Saldo em 30 de setembro de 2016	818.813	1.240	820.053	14.168	20.811	3.675	516	6.414	5.387	-	50.971	871.024

Os equipamentos de locação podem ser resumidos como: andaimes de acesso, fôrmas, escoramentos, plataformas aéreas e manipuladores telescópicos.

Abaixo, destacamos as principais aquisições acumuladas até 30 de setembro de 2016 por agrupamento:

Escoramentos	364
Plataformas e manipuladores	72
Fôrmas de concretagem reutilizáveis	222
Andaimes suspensos e estruturas de acesso	637
Máquinas e equipamentos de uso operacional	302
Instalações	371
Benfeitorias em propriedade de terceiros	-
Veículos	180
Outros	113
	<hr/>
Total de aquisições	2.261

A depreciação no período, alocada ao custo de serviços prestados e às despesas gerais administrativas, monta em 30 de setembro de 2016 a R\$ 106.864 e R\$ 8.957 (30 de setembro de 2015 R\$ 115.370 e R\$ 9.529), respectivamente.

Certos itens do imobilizado estão dados em garantia de operações de empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 13).

As transações de compra e vendas de ativo imobilizado destinados à locação estão sendo apresentadas na demonstração dos fluxos de caixa como atividade operacional.

Revisão da vida útil estimada

Não houve modificação na estimativa de vida útil remanescente dos itens do imobilizado e, portanto, não houve alteração na taxa de depreciação para o período findo em 30 de setembro de 2016.

11 Intangível

	Software	Marcas e patentes	Intangível em andamento	Ágio em investimentos	Total intangível
Custo do intangível bruto					
Saldos em 31 de dezembro de 2014	44.915	895	1.079	44.294	91.183
Aquisição	3.086	2.261	1.555	-	6.902
Transferência	1.164	-	(1.150)	-	14
Perdas estimadas por valor não recuperável	-	-	-	(30.918)	(30.918)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	49.165	3.156	1.484	13.376	67.181
Aquisição	842	-	76	-	918
Alienação	(503)	-	-	-	(503)
Transferência	1.560	-	(1.560)	-	-
Saldos em 30 de setembro de 2016	51.064	3.156	-	13.376	67.596
Amortização acumulada					
Saldos em 31 de dezembro de 2014	(10.344)	(469)	-	(4.232)	(15.045)
Amortização	(4.826)	(174)	-	-	(5.000)
Ajuste crédito PIS e COFINS	(365)	-	-	-	(365)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(15.535)	(643)	-	(4.232)	(20.410)
Amortização	(3.652)	(130)	-	-	(3.782)
Alienação	504	-	-	-	504
Ajuste crédito PIS e COFINS	(373)	-	-	-	(373)
Saldos em 30 de setembro de 2016	(19.056)	(773)	-	(4.232)	(24.061)
Taxas anuais de amortização - %	20	10	-	-	-
Resumo intangível líquido					
Saldo em 31 de dezembro de 2015	33.630	2.513	1.484	9.144	46.771
Saldo em 30 de setembro de 2016	32.008	2.383	-	9.144	43.535

Provisão para redução ao valor recuperável do ágio

O ágio é oriundo da aquisição da Jahu, ocorrida em 2008, e da aquisição da GP Sul, ocorrida em 2011, e estes estão sendo considerados como aporte do segmento de negócio Construção, representando esta, uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), onde todo o ágio é alocado.

O valor recuperável desse ativo foi determinado com base em projeções econômicas para determinação do seu valor, pela abordagem de renda, por meio de projeção de fluxo de caixa descontado, num prazo de dez anos para fins de fundamentação do valor pago, haja vista o longo período de maturação dos investimentos em infraestrutura e construção civil.

Em função desse estudo, a Administração estima que o valor recuperável dos ativos da Unidade de Negócio Construção, incluindo o ágio da aquisição da Jahu em 2008 e da GP Sul em 2011, é de R\$ 442.523 (R\$ 473.441 em dezembro de 2014), fazendo com que houvesse no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a necessidade de constituição de provisão para perda no valor recuperável desse ativo no montante de R\$ 30.918.

12 Fornecedores

	30/09/2016	31/12/2015
Fornecedores nacionais	8.569	6.665
Fornecedores estrangeiros	<u>406</u>	<u>179</u>
	<u><u>8.975</u></u>	<u><u>6.844</u></u>

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os saldos das contas de fornecedores referem-se, basicamente, à prestação de serviços, a compras a prazo de materiais e equipamentos de imobilizado.

13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos foram usados para financiamento da ampliação dos investimentos da Companhia e para seu uso e despesas gerais, sendo indexados ao CDI, Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e dólar norte-americano.

Os financiamentos de equipamentos de locação foram contratados com encargos da TJLP acrescida de 0,20% a 0,90% ao ano e amortizações em bases mensais até junho de 2021.

Os empréstimos e financiamentos são apresentados a seguir:

	30/09/2016	31/12/2015
Empréstimos e financiamentos (*)	<u>12.752</u>	<u>15.116</u>
Circulante	3.175	3.185
Não circulante	<u>9.577</u>	<u>11.931</u>
	<u><u>12.752</u></u>	<u><u>15.116</u></u>

As instituições financeiras com as quais a Companhia mantém empréstimos e financiamentos em 30 de setembro de 2016 são:

- Banco do Brasil
- Itaú BBA

Segue abaixo a composição das garantias contratadas em aberto nas datas:

	30/09/2016	31/12/2015
Garantias concedidas:		
Alienação fiduciária (*)	<u>27.103</u>	<u>27.103</u>
Total das garantias reais	<u><u>27.103</u></u>	<u><u>27.103</u></u>

(*) Refere-se a equipamentos adquiridos por intermédio de FINAME.

As parcelas a vencer ao final do período findo em 30 de setembro de 2016 estão demonstradas abaixo:

2016	822
2017	3.138
2018 a 2021	<u>8.792</u>
	<u><u>12.752</u></u>

Os empréstimos da Companhia possuem cláusulas restritivas de *covenants* cujos requerimentos encontram-se em linha com os apresentados nas escrituras das debêntures e estão detalhados na Nota Explicativa nº 14.

14 Debêntures

Descrição	Série	Valor emitido	Início	Vencimento	Encargos financeiros	30/09/2016	31/12/2015
1ª emissão	Única	270.000	Abr/2011	Abr/2016	112,5% CDI	-	92.751
Custo de emissão						<u>-</u>	<u>(157)</u>
						<u>-</u>	<u>92.594</u>
2ª emissão	1ª série	160.940	Ago/2012	Ago/2017	100% CDI + 0,88% a.a.	81.969	169.629
2ª emissão	2ª série	109.060	Ago/2012	Ago/2020	IPCA + 5,50 a.a.	148.795	142.277
Custo de emissão						<u>(557)</u>	<u>(787)</u>
						<u>230.207</u>	<u>311.119</u>
3ª emissão	Única	200.000	Mai/2014	Mai/2019	108,75% CDI	210.294	202.527
Custo de emissão						<u>(405)</u>	<u>(521)</u>
						<u>209.889</u>	<u>202.006</u>
Total de debêntures						<u>440.096</u>	<u>605.719</u>
Circulante						159.527	186.634
Não circulante						280.569	419.085

1ª emissão de debêntures

Em 8 de abril de 2011, foi aprovada a primeira emissão, pela Companhia, de um total de 27 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, em série única da espécie quirografária no valor de R\$ 270.000 e valor nominal unitário de R\$ 10. As debêntures têm vencimento em 18 de abril de 2016 e remuneração de 112,5% do CDI, com pagamentos semestrais de juros e amortização em três parcelas anuais e sucessivas, sendo o primeiro vencimento em 18 de abril de 2014, liquidado nesta data, e o segundo liquidado em 20 de abril de 2015. Os custos de transação associados a essa emissão no valor de R\$ 2.358 estão sendo reconhecidos como despesas de captação da Companhia, conforme os prazos contratuais dessa emissão. Essa primeira emissão de debêntures foi liquidada em 15 de abril de 2016.

2ª emissão de debêntures

Em 3 de agosto de 2012, foi aprovada a segunda emissão, pela Companhia, de um total de 27 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, em duas séries, da espécie quirografária no valor de R\$ 270.000 e valor nominal unitário de R\$ 10. Os custos de transação associados a essa emissão no valor de R\$ 1.810 estão sendo reconhecidos como despesas de captação da Companhia, conforme os prazos contratuais dessa emissão.

As debêntures terão seus vencimentos conforme emissão de cada série, como segue:

- **1ª série** - 16.094 debêntures da primeira série, totalizando R\$ 160.940, com vencimento em 15 de agosto de 2017, não sujeitas à atualização monetária. O valor nominal das debêntures da primeira série será amortizado em duas parcelas anuais a partir do quarto ano da sua emissão e os juros pagos semestralmente corresponderão à sobretaxa de 0,88% ao ano incidente sobre 100% da variação acumulada da taxa DI. A primeira dessas parcelas foi líquida em 15 de agosto de 2016.
- **2ª série** - 10.906 debêntures da segunda série, totalizando R\$ 109.060, com vencimento em 15 de agosto de 2020, sujeitas à atualização monetária pela variação acumulada do IPCA. O valor nominal das debêntures da segunda série será amortizado em três parcelas anuais a partir do sexto ano da sua emissão, e os juros pagos anualmente corresponderão a 5,50% ao ano do valor atualizado monetariamente na forma acima.

3ª emissão de debêntures

Em 30 de maio de 2014, foi aprovada a terceira emissão, pela Companhia, de um total de 20 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, em série única da espécie quirografária no valor de R\$ 200.000, e valor nominal unitário de R\$ 10. As debêntures têm vencimento em 30 de maio de 2019 e remuneração de 108,75% do CDI, com pagamentos semestrais de juros e amortização em três parcelas anuais e sucessivas, sendo o primeiro vencimento em 30 de maio de 2017. Os custos de transação associados a essa emissão no valor de R\$ 745 estão sendo reconhecidos como despesas de captação da Companhia, conforme os prazos contratuais dessa emissão.

Em 30 de setembro de 2016, os saldos das debêntures brutos dos custos de transação são de R\$ 159.969 no passivo circulante e de R\$281.089 no passivo não circulante e R\$159.527 e R\$ 280.569 líquidos dos custos de transação, respectivamente (em 31 de dezembro de 2015, o saldo bruto de debêntures é de R\$ 187.251 no passivo circulante e de R\$ 419.933 no passivo não circulante, e R\$ 186.634 e R\$ 419.085 líquidos dos custos de transação).

Covenants

As escrituras de emissão das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, como segue:

- (1) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida (i) pelo EBITDA (ii) deverá ser igual ou inferior a 3; e

- (2) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA pela Despesa Financeira Líquida (iii) deverá ser igual ou superior a 2.
- (i) “Dívida Líquida” significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, (a) o somatório das dívidas onerosas da Companhia, em base consolidada, perante pessoas jurídicas, incluindo empréstimos e financiamento com terceiros e/ou partes relacionadas e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capital local e/ou internacional, além de avais prestados pela Companhia, mas excluindo as dívidas decorrentes de parcelamentos tributários; (b) menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) da Companhia em base consolidada;
- (ii) “EBITDA” significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o lucro ou prejuízo líquido antes da contribuição social e do imposto de renda, subtraindo-se as receitas e adicionando-se as despesas geradas pelos resultados financeiros e não operacionais, depreciação e amortização e resultados não recorrentes; e
- (iii) “Despesa Financeira Líquida” significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o saldo da diferença entre a receita financeira bruta consolidada e a despesa financeira bruta consolidada.

Considerando as despesas não recorrentes para fins de determinação do EBITDA ajustado, no fechamento do período findo em 30 de setembro de 2016, todos os *covenants* estão sendo cumpridos.

15 Partes relacionadas

a. Transações e saldos

Não houve empréstimos entre a Companhia e seus administradores durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 e no exercício de 2015.

Em 30 de setembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não mantinha contratos de prestação de serviços de consultoria com membros do Conselho de Administração.

Remuneração da Administração

Os montantes referentes à remuneração dos membros da Administração da Companhia estão demonstrados a seguir:

	30/09/2016		30/09/2015	
	Trimestre	Acumulado	Trimestre	Acumulado
Salários e encargos - Diretoria	1.164	3.254	1.532	3.485
Honorários do Conselho de Administração	276	835	362	733
Bônus	-	983	-	-
Pagamentos com base em ações	622	2.280	1.090	1.634
Total	2.062	7.352	2.984	5.852

16 Benefícios a empregados

a. Participação nos resultados a pagar

A provisão para participação nos resultados dos empregados é constituída de acordo com o regime de competência, sendo contabilizada como despesa. A determinação do montante, que é pago no ano seguinte ao registro da provisão, é feita nos termos do Acordo de Participação nos Resultados negociado e homologado anualmente junto ao sindicato da categoria, de acordo com a Lei nº 10.101/00, alterada pela Lei nº 12.832/13.

O Programa de Participação nos Resultados de 2016 é baseado no atingimento do EBITDA e do Fluxo de Caixa anual orçados, além de metas de produtividade para os colaboradores que ocupam cargos operacionais e metas específicas para as áreas. Todos os colaboradores efetivos da Mills com pelo menos 180 dias trabalhados em 2016 são elegíveis. Caso as metas sejam atingidas, o pagamento ocorrerá até maio de 2017, após todas as informações terem sido apuradas, auditadas e divulgadas ao Mercado.

Os profissionais que participam de programas de comissão de vendas ou similar receberão premiação limitada a 10% do montante a ser distribuído para o seu nível hierárquico.

b. Plano de opção de compra de ações

A Companhia possui planos de opções de ações, aprovados pela Assembleia Geral, com o objetivo de integrar os executivos no processo de desenvolvimento da Companhia em médio e longo prazos. Esses planos são administrados pela Companhia, e a aprovação das outorgas é sancionada pelo Conselho de Administração.

Planos	Data da outorga	Data final de exercício	Ações em milhares		
			Ações outorgadas	Ações exercidas	Ações em aberto
Programa 2010	31/05/2010	31/05/2016	1.475	(1.369)	106
Programa 2011	16/04/2011	16/04/2017	1.184	(597)	587
Programa 2012	30/06/2012	31/05/2018	1.258	(402)	856
Programa 2013	30/04/2013	30/04/2019	768	(91)	671
Programa 2014	30/04/2014	30/04/2020	260	-	260
Programa 2016	28/04/2016	28/04/2024	1.700	-	1.700

Para precificação do custo das parcelas do plano Especial Top Mills, referente à sua componente de patrimônio, foram determinadas as volatilidades aplicáveis, as taxas livres de risco, e os *stock prices* com bases em *valuations* de 6,6 vezes o EBITDA, menos a dívida líquida, e usamos o modelo Black-Scholes para cálculo do valor justo.

Em 31 de março de 2014, a Companhia deliberou em reunião do Conselho de Administração:

(i) a criação do programa 1/2014 de Outorga de Opções de Compra de Ações; (ii) a definição dos critérios para fixação do preço de exercício das opções e as condições de seu pagamento; (iii) a definição dos prazos e condições de exercício das opções; e (iv) a autorização para a Diretoria efetuar as outorgas de opção de compra de ações aos beneficiários eleitos nos termos do Programa 2014.

Em 21 de maio de 2015, a Companhia deliberou, em reunião do Conselho de Administração, a alienação de ações da Companhia mantidas em tesouraria para atender ao exercício de opção de compra de ações dos beneficiários no âmbito dos programas de Outorga de Opções de Compra de Ações de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014 (vide Nota Explicativa nº 22 (a.1)).

Em 28 de abril de 2016, a Companhia deliberou em reunião do Conselho de Administração pela aprovação de novo plano de opção de compra de ações da Companhia, nos termos do programa 1/26.

Os planos concedidos a partir de 2010 foram classificados como instrumentos de patrimônio e o valor justo médio ponderado das opções concedidas foi determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, assumindo as seguintes premissas:

Programa	Outorga	Valor justo médio ponderado por opção R\$	Preço médio ponderado da ação na data da concessão R\$	Preço do exercício na data de concessão R\$	Volatilidade na data de concessão	Rendimento de dividendos na data de concessão	Taxa de juros anual sem risco na data de concessão	Prazo máximo de exercício na data de concessão
2010	Primeira	3,86	11,95	11,50	31,00%	1,52%	6,60%	6 anos
2010	Segunda	5,49	14,10	11,50	31,00%	1,28%	6,37%	6 anos
2011	Única	6,57	19,15	19,28	35,79%	1,08%	6,53%	6 anos
2012	Básica	21,75	27,60	5,86	37,41%	0,81%	3,92%	6 anos
2012	Discricionária	12,57	27,60	19,22	37,41%	0,81%	3,92%	6 anos
2013	Básica	24,78	31,72	6,81	35,34%	0,82%	3,37%	6 anos
2013	Discricionária	11,92	31,72	26,16	35,34%	0,82%	3,37%	6 anos
2014	Básica	22,46	28,12	7,98	33,45%	0,75%	12,47%	6 anos
2014	Discricionária	11,16	28,12	30,94	33,45%	0,75%	12,47%	6 anos
2016	Discricionária	2,63	4,31	2,63	71,45%	1,51%	14,25%	8 anos

O preço de exercício das opções outorgadas nos termos do Plano será fixado pelo Conselho de Administração da Companhia.

A tabela abaixo apresenta os saldos acumulados dos planos nas contas patrimoniais e os efeitos nos resultados.

	30/09/2016	31/12/2015
Plano 2002:		
Reserva de capital	1.446	1.446
Número de ações exercidas (milhares)	3.920	3.920
Plano Top Mills, Plano Especial CEO e EX-CEO:		
Reserva de capital	1.148	1.148
Número de ações exercidas (milhares)	1.055	1.055
Plano executivos Mills Rental:		
Reserva de capital	4.007	4.007
Número de ações exercidas (milhares)	391	391
Plano 2010:		
Reserva de capital	5.693	5.693
Número de opções a exercer (milhares)	106	106
Número de ações exercidas (milhares)	1.369	1.369
Número de ações canceladas (milhares)	73	73
Programa 2011 (Plano 2010):		
Reserva de capital	7.329	7.329
Número de opções a exercer (milhares)	587	592
Número de ações exercidas (milhares)	597	592
Número de ações canceladas (milhares)	157	157
Programa 2012 (Plano 2010):		
Reserva de capital	14.160	13.011
Número de opções a exercer (milhares)	856	857
Número de ações exercidas (milhares)	402	401
Número de ações canceladas (milhares)	345	336
Programa 2013 (Plano 2010):		
Reserva de capital	10.864	9.479
Número de opções a exercer (milhares)	677	671
Número de ações exercidas (milhares)	91	97
Número de ações canceladas (milhares)	139	139
Programa 2014 (Plano 2010):		
Reserva de capital	3.532	2.907
Número de opções a exercer (milhares)	260	260
Número de ações canceladas (milhares)	53	52
Programa 2016:		
Reserva de capital	334	-
Número de opções a exercer (milhares)	1.700	-
Número de ações canceladas (milhares)	-	-
Total registrado como patrimônio (acumulado)	48.513	45.020
Efeito no resultado	(3.493)	(9.624)

17 Imposto de renda e contribuição social

a. Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e da contribuição social pela alíquota nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	30/09/2016		30/09/2015	
	Trimestre	Acumulado	Trimestre	Acumulado
Prejuízo do período antes do imposto de renda e da contribuição social	(33.025)	(90.448)	(22.726)	(44.167)
Alíquota nominal de imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	11.229	30.752	7.727	15.017
Provisões indedutíveis (*) e diferenças permanentes	(403)	(1.249)	(2.207)	(10.721)
Outros	-	-	-	-
Total de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	10.826	29.503	5.520	4.296
Alíquota efetiva	33%	33%	24%	10%

(*) As despesas indedutíveis estão compostas por despesas de provisão de cancelamento, brindes, perdão de dívida e multas não compensatórias.

b. A movimentação de IR e CS diferidos durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos, é a seguinte:

Descrição	31 de dezembro de 2015		30 de setembro de 2016	
		Adições	Baixas	
Stock options	6.092	1.188	-	7.280
Ajuste a valor presente	15	-	(9)	6
Hedge sobre imobilizado	(811)	-	97	(714)
Provisões de custos e despesas	62	826	(872)	16
Provisão Estoque Giro Lento	397	625	(397)	625
Provisão para Devedores Duvidosos	17.273	6.174	(10.524)	12.923
Perdas Estimadas por Valor não recuperável	8.906	-	-	8.906
Arrendamento financeiro	(3.141)	-	1.282	(1.859)
Instrumento derivativo - <i>Swap</i>	-	(3)	-	(3)
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	5.650	2.150	(1.289)	6.511
Provisão para Perda Processo Murilo Pessoa	42	-	-	42
Provisão para descontos e cancelamentos	2.229	2.124	(2.723)	1.630
Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa - 2016	17.290	30.940	-	48.230
Provisão para realização de crédito tributário	30	-	-	30
Tributos com exigibilidade suspensa	456	134	-	590
Provisão para participação nos lucros	-	407	-	407
Depreciação acelerada	(2.259)	(565)	-	(2.824)
Ágio GP Andaimas Sul Locadora	(593)	(79)	-	(672)
Ágio Jahu	(2.437)	-	-	(2.437)
Atualização depósito judicial	(1.473)	(158)	168	(1.463)
Debêntures	(498)	-	170	(328)
	47.230	43.763	(14.097)	76.896

c. Os fundamentos e as expectativas para realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão apresentados a seguir:

Os saldos dos impostos diferidos reconhecidos em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro 2015 possuem fundamentos e expectativas de realização.

18 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais

A Companhia é parte envolvida em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista que foram propostas no curso normal dos negócios e está discutindo tais questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais.

A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis já tomados em cada situação são suficientes para cobrir as eventuais perdas e preservar o patrimônio líquido da Companhia, sendo reavaliadas periodicamente.

A Companhia não possui ativos contingentes contabilizados.

a. Composição das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

	30/09/2016	31/12/2015
Tributários (i)	4.365	4.272
Cíveis (ii)	4.140	2.419
Trabalhistas (iii)	6.830	6.235
Honorários de êxito (iv)	2.811	2.309
Honorários de sucumbência (v)	1.005	1.377
Total	19.151	16.612

Movimentação das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

	30/09/2016	31/12/2015
Saldo em 1º de janeiro	16.612	12.580
Constituições	4.620	5.161
Atualizações monetárias	1.718	1.618
Reversões	(3.799)	(1.607)
Baixa	-	(1.140)
Saldo no período	19.151	16.612

- (i) Refere-se, basicamente, ao mandado de segurança movido pela Companhia ao questionamento da majoração das alíquotas de PIS e COFINS (instituídas pelo regime não cumulativo destas contribuições, com o advento das Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003). A Companhia mantém depósito judicial vinculado à provisão, referente às diferenças de alíquotas.
- (ii) A Companhia possui algumas ações movidas contra ela referentes a processos de responsabilidade cível e indenizações. O principal evento que ocasionou o aumento nas contingências cíveis em comparação com o montante apresentado ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi a mudança de prognóstico de possível para provável de um processo em que são reclamados danos morais e materiais oriundos de acidente de trabalho de um empregado, ocorrido em 1991, por parte do advogado externo.

- (iii) A Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto indenizações por danos decorrentes de doenças ocupacionais, pedido de horas-extras, periculosidade e equiparação salarial.
- (iv) Os honorários estão geralmente fixados em até 10% sobre o valor da causa, garantindo aos consultores jurídicos externos os honorários na proporção do êxito obtido na demanda. O pagamento está condicionado ao encerramento favorável dos processos.
- (v) Corresponde à provisão de honorários de sucumbência incidentes sobre processos judiciais com risco provável de desfecho desfavorável para a Companhia.

b. Composição dos depósitos judiciais

	30/09/2016	31/12/2015
Tributários (i)	7.415	7.947
Trabalhistas (ii)	3.294	3.076
	10.709	11.023

- (i) Em 30 de setembro de 2016, a composição de depósitos judiciais de natureza tributária totalizava R\$ 7.415. A conciliação desse montante refere-se basicamente ao questionamento da majoração de alíquotas do PIS e da COFINS, totalizando o valor de R\$ 3.924, como informado na Nota Explicativa nº 19, item “a”, subitem “i”, e também a depósitos judiciais efetuados em favor de determinados municípios vinculados ao entendimento de nossos assessores jurídicos no que tange à incidência do Imposto Sobre Serviços (ISS) sobre as receitas provenientes da locação de bens móveis. O saldo registrado sobre essa rubrica monta em R\$ 2.942. A partir de 2003, com a edição da Lei Complementar nº 116 e com o suporte dos assessores jurídicos, a Companhia não efetuou depósitos judiciais dessa natureza.
- (ii) Os depósitos judiciais estão vinculados a ações em que a Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto indenizações por danos decorrentes de doenças ocupacionais, pedido de horas-extras, periculosidade e equiparação salarial.

A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	30/09/2016	31/12/2015
Tributárias (i)	41.533	40.461
Cíveis (ii)	8.424	5.198
Trabalhista (iii)	18.833	18.006
Total	68.790	63.665

(i) Tributárias (principais itens):

- (a) Glosa de despesas supostamente indedutíveis por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil, na antiga Mills Formas, computadas em razão dos contratos firmados com diversos clientes, segundo os quais a Mills Formas era a responsável pela execução dos serviços que doravante eram executados pelos funcionários da antiga Mills do Brasil;
- (b) Exigência da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro relativa ao ICMS e multa supostamente devidos em decorrência da realização de operações de transferência de mercadorias, sem o recolhimento do imposto devido;
- (c) Não reconhecimento por parte do INSS da possibilidade de compensação dos pagamentos realizados indevidamente a título de contribuição previdenciária, com base na sistemática estabelecida pela Lei nº 9.711/98;
- (d) Exigência por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil de multa supostamente devida sobre os créditos parcelados da denúncia espontânea;

- (e) Exigência por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil de supostos débitos de Imposto sobre o lucro líquido - ILL, julgado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF).
- (ii) **Cíveis**
A Companhia possui ações indenizatórias movidas contra ela referentes a processos de indenizações por dano moral e material.
- (iii) **Trabalhistas**
A Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto a cobrança de parcelas rescisórias, indenização por danos morais, integração de prêmios à remuneração, reintegração e reajustes salariais, com os respectivos reflexos.

19 Tributos a pagar

	30/09/2016	31/12/2015
PIS e COFINS	862	2.188
INSS	111	61
ISS	100	46
Outros	205	392
	<u>1.278</u>	<u>2.687</u>

20 Patrimônio líquido

a. Capital subscrito

O capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia, em 30 de setembro de 2016, é representado pelo valor de R\$ 688.319 (31 de dezembro de 2015 - R\$ 563.319) dividido em 175.586 mil (31 de dezembro de 2015 - 128.057 mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. A cada ação ordinária corresponderá o direito a um voto nas deliberações de acionistas.

Conforme estatuto social, fica facultado ao Conselho de Administração da Companhia aumentar o capital social até o limite de 200.000 mil ações.

a.1 Ações em tesouraria

O saldo de ações em tesouraria em 30 de setembro de 2016 é de 2.278.422 ações no valor total de R\$ 20.287, devidamente registrado na reserva de capital (31 de dezembro de 2015 - R\$ 20.287).

a.2 Integralização de capital - Emissão de novas ações

Em 19 de abril de 2016, o Conselho de Administração deliberou sobre a homologação do aumento de capital da Companhia, mediante subscrição particular de novas ações, aprovado na Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 5 de fevereiro de 2016 (“Aumento de Capital”).

a.3 Emissão de ações

A emissão de ações da Companhia tem ocorrido conforme aprovação do Conselho de Administração em razão do exercício por beneficiário de opções de compra de ações.

Segue abaixo a composição acionária do capital social nas datas:

Acionistas	30/09/2016		31/12/2015	
	Quantidade de ações (em milhares)	Porcentagem	Quantidade de ações (em milhares)	Porcentagem
Andres Cristian Nacht	20.704	11,79%	14.185	11,08%
Snow Petrel S.L.	23.677	13,48%	17.728	13,84%
Fundo de Investimento em participações Axxon Brazil Private Equity Fund II ⁵	12.294	7,00%	-	-
HSBC Bank Brasil S.A.	-	-	6.323	5,00%
Brandes Investment Partners ¹	6.711	5,24%	6.711	5,24%
Fama Investimentos Ltda. ³	7.705	6,02%	-	-
BTG Pactual WM Gestão de Recursos Ltda. ⁴	7.039	5,50%	-	-
Outros Signatários do Acordo de Acionistas da Companhia ²	16.157	9,20%	13.415	10,48%
Outros	81.299	41,77%	69.695	54,36%
	<u>175.586</u>	<u>100,00 %</u>	<u>128.057</u>	<u>100,00 %</u>

1. Em 21 de setembro de 2015, passou a deter participação relevante de acordo com informação recebida oficialmente pela Companhia e divulgada à CVM.
2. Signatários do Acordo de Acionistas da Companhia, excluindo Andres Cristian Nacht e Snow Petrel S.L., consideram a posição referente a 31 de dezembro de 2015 já reportada à CVM, de acordo com a Instrução nº 358/02 da CVM.
3. Em 4 de março de 2016, passou a deter participação relevante de acordo com informação recebida oficialmente pela Companhia e divulgada à CVM.
4. Em 13 de abril de 2016, passou a deter participação relevante de acordo com informação recebida oficialmente pela Companhia e divulgada à CVM.
5. Em 20 de julho de 2016, passou a deter participação relevante de acordo com informação recebida oficialmente pela Companhia e divulgada à CVM.

b. Reservas de lucros

b.1 Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

b.2 Reserva de expansão

A reserva de expansão tem a finalidade de assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante e a expansão das atividades sociais. Conforme Estatuto Social da Companhia, o limite máximo da reserva de expansão é de 80% do valor do capital social subscrito da Companhia.

b.3 Retenção de lucros

Retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado em Assembleia Geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

c. Reserva de capital

A reserva de capital contém os custos de transação incorridos na captação de recursos para o capital próprio no montante de R\$ 15.069 líquido dos impostos, referente à distribuição pública primária de ações, reserva para prêmio de opções de ações no montante de R\$ 48.513, referente aos planos de *stock options* para os empregados, valor do custo das ações canceladas no montante de R\$ 557, o valor da recompra das ações em 2015 no montante de R\$ 19.777, alienação de ações no montante de R\$ 47, custo com emissão de ações em maio de 2016 no montante de R\$ 3.379, totalizando R\$ 9.778 como reserva de capital em 30 de setembro de 2016 (em 31 de dezembro de 2015 - R\$ 9.664).

d. Dividendos mínimos obrigatórios

O Estatuto social da Companhia prevê, após as destinações, a distribuição aos acionistas de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por ações nº 6.404/76.

21 Lucro (prejuízo) por ação

a. Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	30/09/2016		30/09/2015	
	Trimestre	Acumulado	Trimestre	Acumulado
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da sociedade	(22.199)	(60.945)	(17.206)	(39.871)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (milhares)	156.026	156.026	126.603	126.710
Lucro (prejuízo) básico por ação proveniente das operações continuadas	(0,14)	(0,39)	(0,14)	(0,31)

b. Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A sociedade tem uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: opções de compra de ações. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da sociedade), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	30/09/2016		30/09/2015	
	Trimestre	Acumulado	Trimestre	Acumulado
Lucro (prejuízo) líquido usado para determinar o lucro (Prejuízo) por ação	(22.199)	(60.945)	(17.206)	(39.871)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para lucro diluído por ação (milhares)	156.026	156.026	126.603	126.710
Lucro (prejuízo) diluído por ação proveniente das operações continuadas	(0,14)	(0,39)	(0,14)	(0,31)

As opções de ações não causaram efeito no cálculo acima em 30 de setembro de 2016 por conta de as ações ordinárias potenciais serem antidiluidoras.

22 Receita líquida de locação, vendas e serviços

A informação de receita operacional líquida de vendas e serviços demonstrada abaixo se refere somente à natureza da receita por tipo de serviço:

	30/09/2016		30/09/2015	
	Trimestre	Acumulado	Trimestre	Acumulado
Locação	97.893	315.084	145.250	471.174
Vendas de novos	2.469	10.287	7.180	34.776
Vendas de seminovos	5.242	43.419	7.580	22.655
Assistência técnica	4.597	12.754	4.861	11.166
Indenizações	5.209	18.176	6.204	23.603
Recuperação de despesas	1.973	7.102	2.197	6.862
Total receita bruta	117.383	406.822	173.272	570.236
Impostos sobre vendas e serviços	(8.615)	(28.806)	(13.375)	(43.976)
Cancelamentos e descontos	(22.627)	(56.441)	(23.440)	(78.045)
Total receita líquida	86.141	321.575	136.457	448.215

23 Custo dos produtos vendidos e serviços prestados e despesas gerais e administrativas (por natureza)

Os custos referem-se principalmente às despesas de pessoal e encargos sociais e previdenciários, aos equipamentos sublocados de terceiros, quando o estoque da Mills é insuficiente para atender à demanda, aos fretes de transporte de equipamento entre filias e eventualmente para os clientes, e às despesas com materiais consumidos nas obras, desde equipamentos de proteção individual (EPIs) até madeira, tintas e isolantes térmicos.

As despesas gerais e administrativas referem-se à gestão de cada contrato da Companhia, compreendendo as equipes de projetos e de engenheiros da área comercial, que correspondem, substancialmente, a salários, encargos e benefícios, sendo as demais referentes a despesas com viagens, representações e comunicação, bem como as despesas das áreas administrativas.

**Mills Estruturas e Serviços de
Engenharia S.A.**
Informações trimestrais em
30 de setembro de 2016

Natureza	Em 30 de setembro de 2016 - Trimestre			Em 30 de setembro de 2016 - Acumulado			Em 30 de setembro de 2015 - Trimestre			Em 30 de setembro de 2015 - Acumulado		
	Custos diretos obras e locação	Despesas gerais e administrativas e outras	Total	Custos diretos obras e locação	Despesas gerais e administrativas e outras	Total	Custos diretos obras e locação	Despesas gerais e administrativas e outras	Total	Custos diretos obras e locação	Despesas gerais e administrativas e outras	Total
Pessoal	(15.600)	(17.155)	(32.755)	(47.046)	(52.431)	(99.477)	(18.921)	(24.813)	(43.734)	(54.499)	(74.991)	(129.490)
Terceiros	(1.304)	(6.568)	(7.872)	(3.789)	(18.581)	(22.370)	(1.445)	(5.266)	(6.711)	(3.578)	(16.038)	(19.616)
Frete	(1.975)	(949)	(2.924)	(6.276)	(4.192)	(10.468)	(3.453)	(1.117)	(4.570)	(9.705)	(2.503)	(12.208)
Material construção/manutenção e reparo	(9.529)	(1.351)	(10.880)	(29.148)	(3.120)	(32.268)	(12.769)	(1.248)	(14.017)	(32.625)	(4.742)	(37.367)
Aluguel de equipamentos e outros	(1.033)	(4.039)	(5.072)	(3.804)	(12.033)	(15.837)	(1.477)	(4.912)	(6.389)	(4.237)	(14.573)	(18.810)
Viagem	(447)	(1.032)	(1.479)	(1.305)	(3.011)	(4.316)	(732)	(1.697)	(2.429)	(1.796)	(5.341)	(7.137)
Custo das mercadorias vendidas	(1.048)	-	(1.048)	(4.621)	-	(4.621)	(6.812)	-	(6.812)	(25.900)	-	(25.900)
Depreciação/Amortização	(35.226)	(4.164)	(39.390)	(106.864)	(12.739)	(119.603)	(37.792)	(4.474)	(42.266)	(115.370)	(13.262)	(128.632)
Baixa de ativos	(4.638)	-	(4.638)	(35.013)	-	(35.013)	(3.010)	-	(3.010)	(10.925)	-	(10.925)
Provisão para devedores-PDD	-	(2.783)	(2.783)	-	(18.158)	(18.158)	-	(7.997)	(7.997)	-	(30.826)	(30.826)
Plano de ações	-	(869)	(869)	-	(3.493)	(3.493)	-	(1.230)	(1.230)	-	(5.971)	(5.971)
Provisões	-	405	405	-	(2.825)	(2.825)	-	-	-	-	-	-
Atualização provisões	-	-	-	-	-	-	-	(663)	(663)	-	(512)	(512)
Part. resultado	-	(665)	(665)	-	(1.195)	(1.195)	-	-	-	-	-	-
Outros	(466)	(3.858)	(4.324)	(1.605)	(16.050)	(17.655)	(587)	(3.544)	(4.131)	(1.513)	(13.821)	(15.334)
Total	(71.266)	(43.028)	(114.294)	(239.471)	(147.828)	(387.299)	(86.998)	(56.961)	(143.959)	(260.148)	(182.580)	(442.728)

24 Receitas e despesas financeiras

a. Receitas financeiras

	30/09/2016		30/09/2015	
	Trimestre	Acumulado	Trimestre	Acumulado
Receitas de juros	1.941	6.354	2.323	6.889
Receitas de aplicação financeira	11.953	33.587	6.017	15.772
Descontos obtidos	70	172	172	199
Variação cambial e monetária ativa	94	1.016	285	468
Outras	(13)	10	81	124
	<u>14.045</u>	<u>41.139</u>	<u>8.878</u>	<u>23.452</u>

b. Despesas financeiras

	30/09/2016		30/09/2015	
	Trimestre	Acumulado	Trimestre	Acumulado
Juros de empréstimos	(415)	(1.360)	(560)	(1.880)
Variação cambial e monetária passiva	(1.270)	(3.713)	(761)	(874)
Juros - Debêntures	(16.080)	(57.047)	(21.141)	(65.342)
Comissões e tarifas bancárias	(340)	(1.111)	(909)	(1.648)
Outras	(812)	(2.632)	(731)	(3.362)
	<u>(18.917)</u>	<u>(65.863)</u>	<u>(24.102)</u>	<u>(73.106)</u>

25 Resultado por segmento de negócio

As informações por segmento operacional estão sendo apresentadas de acordo com CPC 22- Informações por segmento (IFRS 8).

Os segmentos reportáveis da Companhia são unidades de negócios que oferecem diferentes produtos e serviços, são gerenciados separadamente, pois cada negócio exige diferentes tecnologias e estratégias de mercado. As principais informações utilizadas pela Administração para avaliação do desempenho de cada segmento são: total do ativo imobilizado, pois este é que gera a receita da Companhia e lucro líquido de cada segmento para avaliação do retorno desses investimentos. As informações sobre os passivos por segmento não estão sendo reportadas por não serem utilizadas pelos administradores na gestão dos segmentos. A Administração não utiliza análises por área geográfica para gestão de seus negócios.

Os segmentos da Companhia possuem atividades completamente distintas, conforme descrito abaixo, logo seus ativos são específicos para cada segmento. Os ativos foram alocados em cada segmento reportável de acordo com a natureza de cada item.

Em 28 de setembro de 2015, a Companhia, visando a obter ganhos de sinergia e maior produtividade, consolidou a gestão comercial das unidades de negócio Infraestrutura e Edificações. O resultado dessa consolidação foi a criação da nova unidade de negócio Construção. A partir dessa data, as informações por segmento passaram a ser apresentadas seguindo essa nova estrutura, inclusive em relação às informações comparativas relativas ao mesmo período de 2014, as quais estão sendo reapresentadas.

Unidade de negócio Construção

A unidade de negócio Construção atua no mercado de grandes obras e no fornecimento de formas, escoramentos, equipamentos de acesso não mecanizado, plataformas cremalheiras e andaimes, sendo este fornecimento destinado ao segmento de construções residenciais e comerciais, dispondo da mais alta tecnologia em sistemas de formas, escoramentos e equipamentos especiais para execução de obras da construção civil, além de possuir o maior portfólio de produtos e serviços com soluções customizadas, que atendem às necessidades específicas de cada projeto e geram eficiência e redução de custo. Com presença em vários estados, conta com uma equipe de engenheiros e técnicos especializados que exercem papel consultivo e de apoio ao cumprimento dos cronogramas, otimização de custos e segurança, fornecendo orientação técnica e auxiliando no planejamento de obras, no detalhamento de projetos e na supervisão de montagem.

Unidade de negócio Rental

A unidade de negócio Rental atua no mercado de locação e venda de plataformas aéreas e manipuladores telescópicos para trabalhos em altura em todos os segmentos do mercado da construção, comércio e indústria. Assegurando produtividade, rentabilidade e segurança, e dispõe da mais avançada linha de produtos para elevação de pessoas e cargas e oferece aos seus clientes treinamento de operação certificado pela IPAF (autoridade mundial de acesso aéreo). Sua presença em diversas cidades brasileiras reforça não só a agilidade do seu atendimento comercial como amplia o suporte técnico com profissionais certificados.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas que as descritas no resumo das políticas contábeis significativas. A Companhia avalia o desempenho por segmento com base no lucro ou no prejuízo das operações antes dos tributos sobre o lucro, além de outros indicadores operacionais e financeiros.

Demonstração do resultado por segmento de negócio - Acumulado

	<u>Construção</u>		<u>Rental</u>		<u>Outros(*)</u>		<u>Total</u>	
	<u>30/09/2016</u>	<u>30/09/2015</u>	<u>30/09/2016</u>	<u>30/09/2015</u>	<u>30/09/2016</u>	<u>30/09/2015</u>	<u>30/09/2016</u>	<u>30/09/2015</u>
Receita líquida	147.469	225.405	174.106	222.810	-	-	321.575	448.215
(-) Custos	(65.034)	(81.570)	(67.573)	(63.209)	-	-	(132.607)	(144.779)
(-) Despesas	(69.998)	(90.413)	(44.172)	(47.397)	(2.761)	(681)	(116.931)	(138.491)
(-) Provisão para devedores duvidosos	(8.185)	(19.057)	(10.013)	(11.935)	40	166	(18.158)	(30.826)
(-) Depreciação e amortização	(64.134)	(66.881)	(55.469)	(61.751)	-	-	(119.603)	(128.632)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro	<u>(59.882)</u>	<u>(32.516)</u>	<u>(3.121)</u>	<u>38.518</u>	<u>(2.721)</u>	<u>(515)</u>	<u>(65.724)</u>	<u>5.487</u>
Receita financeira	19.171	9.928	18.399	9.080	3.569	4.444	41.139	23.452
Despesa financeira	(32.954)	(37.338)	(31.721)	(35.353)	(1.188)	(415)	(65.863)	(73.106)
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ/CSL	(73.665)	(59.926)	(16.443)	12.245	(340)	3.514	(90.448)	(44.167)
(-) IRPJ/CSL	24.029	5.828	5.364	(1.191)	110	(341)	29.503	4.296
Lucro (Prejuízo) líquido	<u>(49.636)</u>	<u>(54.098)</u>	<u>(11.079)</u>	<u>11.054</u>	<u>(230)</u>	<u>3.173</u>	<u>(60.945)</u>	<u>(39.871)</u>

(*) Trata-se de operações remanescentes da antiga unidade de negócio Serviços Industriais - SI.

Demonstração do resultado por segmento de negócio - Trimestre

	<u>Construção</u>		<u>Rental</u>		<u>Outros(*)</u>		<u>Total</u>	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Receita líquida	42.763	67.711	43.378	68.746	-	-	86.141	136.457
(-) Custos	(21.009)	(27.102)	(15.032)	(22.103)	-	-	(36.041)	(49.205)
(-) Despesas	(23.075)	(29.413)	(13.539)	(14.857)	534	(221)	(36.080)	(44.491)
(-) Provisão para devedores duvidosos	1.472	(2.519)	(4.277)	(5.409)	22	(69)	(2.783)	(7.997)
(-) Depreciação e amortização	(21.017)	(22.152)	(18.373)	(20.114)	-	-	(39.390)	(42.266)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro	(20.866)	(13.475)	(7.843)	6.263	556	(290)	(28.153)	(7.502)
Receita financeira	6.800	3.983	6.474	3.551	771	1.344	14.045	8.878
Despesa financeira	(9.323)	(12.334)	(9.020)	(11.664)	(574)	(104)	(18.917)	(24.102)
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ/CSL	(23.389)	(21.826)	(10.389)	(1.850)	753	950	(33.025)	(22.726)
(-) IRPJ/CSL	7.676	8.003	3.395	(1.995)	(245)	(488)	10.826	5.520
Lucro (Prejuízo) líquido	(15.713)	(13.823)	(6.994)	(3.845)	508	462	(22.199)	(17.206)

Ativo por segmento de negócio

	<u>Construção</u>		<u>Rental</u>		<u>Outros(**)</u>		<u>Total</u>	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Imobilizado								
Custo de aquisição	806.803	860.592	727.452	733.474	-	-	1.534.255	1.594.066
(-) Depreciação acumulada	(381.512)	(353.541)	(281.719)	(236.458)	-	-	(663.231)	(589.999)
Outros ativos	425.291	507.051	445.733	497.016	-	-	871.024	1.004.067
	343.561	299.324	243.443	231.880	84.336	102.686	671.341	633.890
Ativo total	768.852	806.375	689.176	728.896	84.336	102.686	1.542.365	1.637.957

(**) Trata-se do valor do investimento na Rohr e o saldo remanescente das vendas das investidas Serviços Industriais - SI e Eventos.

26 Instrumentos financeiros

26.1 Categoria de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros, por categoria, pode ser resumida conforme tabela a seguir:

	<u>Valor contábil</u>	
	30/09/2016	31/12/2015
Caixa e equivalentes de caixa	322.564	232.011
Empréstimos e recebíveis:		
Contas a receber de clientes	72.759	99.719
Outras contas a receber - venda investida	21.839	39.556
Instrumentos financeiros derivativos	10	
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	12.752	15.116
Debêntures	440.096	605.719
Contas a pagar a fornecedores	8.975	6.844
Instrumentos financeiros patrimoniais		
Planos de opções de ações	48.513	45.020

26.2 Valor justo dos instrumentos financeiros

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).

A Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo que sejam classificados no nível 3, ou seja, obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

a. Valor justo

Equivalentes de caixa são representados por aplicações financeiras junto a instituições financeiras de primeira linha e são indexados à variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI. Considerando que a taxa de CDI já reflete a posição do mercado interbancário, pressupõe-se que o valor das aplicações esteja próximo de seus valores justos.

b. Valor justo do contas a receber e dos fornecedores

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação do balanço patrimonial.

Os valores justos dos valores a receber de clientes e dos valores a pagar para fornecedores, considerando como critério de cálculo a metodologia do fluxo de caixa descontado, são substancialmente similares aos respectivos valores contábeis.

c. Valor justo dos empréstimos e financiamentos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

Não foi calculado o valor justo dos empréstimos via BNDES, pois essa modalidade de financiamento não possui cálculo de valor justo observável, em função de o BNDES praticar taxas diferenciadas por empresas tomadoras de empréstimos.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Dívida	Indicador	Valor justo		Valor contábil	
		30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
1ª emissão de debêntures	CDI	-	87.898	-	92.751
2ª emissão de debêntures:					
1ª Série	CDI	70.754	144.426	81.969	169.629
2ª Série	IPCA	132.593	121.736	148.796	142.277
3ª emissão de debêntures	CDI	169.139	151.410	210.294	202.527

d. Valor justo das opções de compra de ações

O valor justo das opções de compra das ações de empregados e os direitos sobre valorização de ações são mensurados utilizando-se o modelo Black-Scholes. Variações de mensuração incluem preço das ações na data de mensuração, o preço de exercício do instrumento, a volatilidade esperada (baseada na média ponderada volatilidade histórica, ajustada para mudanças esperadas devido à informação disponível publicamente), a vida média ponderada dos instrumentos (baseada na experiência histórica e no comportamento geral do titular de opção), dividendos esperados e taxa de juros livres de risco (baseada em títulos públicos). Condições de serviço e condições de desempenho fora de mercado inerentes às transações não são levadas em conta na apuração do valor justo.

e. Derivativos

O valor justo de contratos de câmbio a termo é calculado pelo valor presente, por meio da utilização de taxas de mercado, que são auferidos nas datas de cada apuração.

O valor justo de contratos de *swaps* de taxas de juros é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade por meio do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e no vencimento de cada contrato e utilizando-se de taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da entidade e contraparte quando apropriado.

26.3 Instrumentos financeiros derivativos

Não há derivativos contratados para o período findo em 30 de setembro de 2016 (em 30 de setembro de 2015, R\$ 16).

26.4 Análise de sensibilidade

Abaixo, segue o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de um ano. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/2008, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III):

		<u>Efeito no resultado</u>			
Equivalente de caixa	Indicador	Atual	Provável	25%	50%
Aplicações financeiras	CDI	321.298	44.825	33.619	22.143
	Total	<u>321.298</u>	<u>44.825</u>	<u>33.619</u>	<u>22.143</u>
			Variação	25,00%	50,00%
		<u>Efeito no resultado</u>			
Dívida	Indicador	Atual	Provável	25%	50%
BNDDES	TJLP	(12.752)	(800)	(980)	(1.161)
1ª emissão de debêntures	CDI	-	-	-	-
2ª emissão de debêntures					
1ª Série	CDI	(81.969)	(9.068)	(11.200)	(13.332)
2ª Série	IPCA	(148.796)	(14.403)	(16.469)	(18.535)
3ª emissão de debêntures	CDI	<u>(210.294)</u>	<u>(23.584)</u>	<u>(29.480)</u>	<u>(35.376)</u>
	Total	<u>(453.811)</u>	<u>(47.855)</u>	<u>(58.129)</u>	<u>(68.404)</u>
				Variação	21% 43%
		<u>30/09/2016</u>			
Referências		Provável I	Cenário II 25%	Cenário III 50%	
Taxas					
CDI (%) (i)		13,25%	17,19%	20,63%	
TJLP (%) (ii)		7,50%	9,38%	11,25%	
IPCA (%) (iii)		7,02%	8,78%	10,53%	

Fonte: Relatório Focus de 7 de outubro de 2016.

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constantes as demais variáveis, associadas a outros riscos.

26.5 Risco de liquidez

A tabela abaixo analisa os principais passivos financeiros por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até o vencimento contratual, quando a Companhia espera realizar o pagamento.

As taxas de juros (CDI e TJLP) estimadas para os compromissos futuros refletem as taxas de mercado em cada período.

	Até um mês	Mais que um mês e menos que três meses	Mais que três meses e menos que um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 30 de setembro de 2016							
Empréstimos e financiamentos	341	1.005	3.884	3.669	5.484	616	14.999
Debêntures	-	15.147	192.064	146.278	205.540	-	559.029
Fornecedores	8.975	-	-	-	-	-	8.975
Em 31 de dezembro de 2015							
Empréstimos e financiamentos	355	700	3.088	3.914	7.150	2.658	17.865
Debêntures	-	11.464	226.833	192.054	347.308	-	777.659
Fornecedores	6.844	-	-	-	-	-	6.844

26.6 Gestão de capital

O objetivo em gerir a estrutura de capital desejável da Companhia está em proteger o seu patrimônio, dar continuidade ao negócio, oferecer boas condições para seus colaboradores, partes interessadas e um retorno satisfatório para os acionistas. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

Visando à manutenção ou ao ajuste da estrutura de capital, a Companhia poderá, por exemplo, conforme estatuto social, aumentar o seu capital, emitir novas ações, aprovar a emissão de debêntures e aquisição de ações de sua própria emissão.

A Companhia utiliza como principal indicador de desempenho para avaliar sua alavancagem financeira a razão entre o EBITDA acumulado dos últimos 12 meses e o endividamento líquido total (dívida bancária total menos disponibilidades totais).

	30/09/2016	31/12/2015
Dívida bancária total	<u>453.810</u>	<u>622.300</u>
Financiamentos	12.752	15.116
Debêntures (vide Nota nº 14)	<u>441.058</u>	<u>607.184</u>
Caixa equivalente de caixa	<u>322.564</u>	<u>232.011</u>
Endividamento líquido	<u>131.246</u>	<u>390.289</u>
Patrimônio líquido	<u>1.026.400</u>	<u>962.231</u>
Índice de endividamento líquido em relação ao Patrimônio líquido	<u>0,13</u>	<u>0,41</u>

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital social.

Linhas de créditos disponíveis

	30/09/2016	31/12/2015
Linhas de crédito bancário não asseguradas revisadas anualmente e com pagamento mediante solicitação:	-	-
Não utilizadas	112.248	109.584
Linhas de crédito bancário asseguradas com vários prazos de vencimento e que podem ser estendidas de comum acordo:	-	-
Utilizadas	12.752	15.116

27 Seguros

Em 30 de setembro de 2016, o total da cobertura de seguros da Companhia contra riscos operacionais é de R\$ 1.357.960, R\$ 554.453 para danos patrimoniais e R\$ 110.000 para responsabilidade civil.

* * *